

Apresentação

Para celebrar os vinte anos de vida, o Comitê Editorial dos *Cadernos Metrôpoles* decidiu propor, à comunidade acadêmica, a reflexão sobre a relação entre as metrópoles e o atual padrão de expansão do capitalismo. A nossa intenção é retornar ao tema central que justificou a criação do periódico e permitiu a renovação da reflexão sobre o que poderíamos designar como a problemática das grandes cidades, que atravessa inúmeros campos disciplinares e diversos modos de pensar a relação entre sociedade e território. Retorno que nos pareceu relevante tendo em vista a vasta literatura produzida nos últimos anos sobre as mudanças do capitalismo sob os impactos das “grandes transformações contemporâneas” iniciadas na década de 1970 com os sucessivos ciclos da reestruturação produtiva, da globalização, da neoliberalização e da financeirização. Esperávamos que a proposta suscitasse interesse em diversos campos acadêmicos com expressiva oferta de artigos, dada a contemporaneidade do tema e a da interrogação teórica nele implícita. Tivemos a grata surpresa de receber um grande número de excelentes artigos, o que nos motivou a organizar dois volumes sobre o mesmo tema.

É conhecida, na literatura, a relação de mútua determinação entre metrópole e capitalismo como um sistema de produção, circulação e consumo de mercadorias. Com efeito, enquanto espaço de concentração de poder, a metropolização de algumas cidades expressa a capacidade das forças do capitalismo de se apropriar e de reorganizar a rede urbana gerada em fases históricas em bases materiais de dominação territorial dos fluxos de troca de bens, serviços e moedas, sem as quais o capitalismo não se liberaria de uma realidade intersticial do mercado local, das feiras ocasionais, enfim das trocas diretas. No capitalismo industrial, as metrópoles expressam mais que a concentração do poder político, pois é nelas que estarão concentradas as forças produtivas que permitirão ao capital penetrar e reorganizar o mundo da produção das mercadorias. Entre elas, sem dúvida, está a força de trabalho disponibilizada como um mercado de mão de obra possibilitado pela concentração territorial da população, desvinculada dos meios de produção e de sobrevivência. Mas as metrópoles mantêm sua relação como poder, na medida em que uma rede urbana hierarquizada no plano internacional, no modelo metrópole-satélite, permite o controle colonial e imperialista de vastos e longínquos territórios dos quais são extraídos recursos que sustentam a agora máquina capitalista de produção incessante de mercadorias.

As “grandes transformações contemporâneas” do capitalismo, mencionadas anteriormente, não eliminaram essa relação de mútua determinação entre metrópole e capital. Com efeito, muito embora, na segunda metade dos anos 1980, parte da literatura dos estudos urbanos anunciasse a virtual obsolescência das metrópoles, em razão de impactos combinados da reestrutura produtiva, da globalização e do início da financeirização, propagando a desterritorialização do capital, estudos posteriores evidenciaram que elas continuaram espaços relevantes de fixação dos circuitos da produção, da circulação e do consumo, além de manterem seu papel de expressão do poder político.

No entanto, novas questões emergiram nessa relação, em função das mudanças no capitalismo, na direção do que vem sendo reconhecido como a natureza rentista do capital. A forma mais sintética de resumir tais mudanças justificadoras do uso da expressão “novo padrão” é o poder adquirido pelo capital de se apropriar de parte significativa da mais-valia, sem a necessidade de estar diretamente implicado no controle do trabalho que a produz. O poder de acumulação do capital – e, portanto, da sua autoexpansão – está fundado no controle das condições que regulam a distribuição da mais-valia, pela importância das relações de propriedade de ativos intangíveis (marcas e patentes), do conhecimento e do dinheiro na organização dos processos produtivos, como vem sendo evidenciado por inúmeros analistas. Em outras palavras, podemos identificar esse novo padrão do capitalismo pelo fato de ele se organizar a partir do poder de monopólio adquirido por diversas formas de capital fictício (antigas e novas) nos processos de valorização e entre o capital-dinheiro. Como correlato a essa transformação do padrão do capitalismo, as formas da extração da mais-valia identificadas classicamente na obra de Marx deixam de fundar-se na acumulação ampliada pela permanente revolução das forças produtivas, com a expansão dos meios de produção, ressurgindo, no capitalismo, as antigas e renovadas formas da acumulação primitiva, além daquelas baseadas no poder de apropriação, punção e centralização em direção a centros de acumulação mais fortes que outros.

Como advertem os autores mencionados, a atual natureza rentista do capitalismo, associada à dominância do capital-dinheiro, que vem sendo denominada financeirização, resulta das “grandes transformações contemporâneas” mencionadas: reestruturação produtiva, globalização e neoliberalização, aumentando o poder do capital ante o trabalho e reestruturando as suas relações com os Estados Nacionais, com as suas correspondentes sociedades e com as metrópoles.

Na relação com o trabalho, a acumulação rentista tem como primeira consequência a destruição parcial do pacto social que ficou reconhecido na literatura como “regime fordista de acumulação”, que emergiu das condições políticas e sociais presentes após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos países europeus. Como se sabe, aquele pacto permitiu que a classe trabalhadora organizada impusesse, ao capital industrial, uma agenda de desenvolvimento econômico, centrada na produção em massa de bens duráveis, associada à valorização dos salários e à manutenção do pleno emprego, estando resguardada por um amplo sistema de proteção social e por políticas de bem-estar operadas pelo Estado. Esse pacto prevaleceu e impulsionou dinamismo do capitalismo nos chamados “trinta gloriosos” e permaneceu relativamente estável

entre 1945 e 1974; período em que vigorou também um controle restritivo para evitar excessos cometidos pelo capital-dinheiro (ou financeiro) que ainda era tido como o principal responsável pela grande crise econômica instalada nos países centrais, em 1929. Mas, na década de 1970, esse arranjo começou a entrar em crise e foi sendo enfraquecido por uma série de medidas, adotadas com o objetivo de superar as crescentes dificuldades que o capital produtivo enfrentava para valorizar o capital investido na produção. Medidas em grande parte direcionadas para a esfera trabalhista, tendo afetado os níveis de emprego e levado a uma progressiva precarização das condições contratuais de trabalho. Algo que envolveu também mudanças nas estratégias de implantação de unidades produtivas, que passaram a operar em um mercado internacionalizado de oferta de mão de obra (incluindo-se aí a entrada dos países do antigo bloco soviético, que possuíam um custo de reprodução da força de trabalho muito mais baixo que o restante da Europa), com a manutenção de altas taxas de desemprego, com baixos níveis de crescimento econômico e com uma expansão cada vez mais centrada em fusões e aquisições.

Na relação entre capital e o Estado Nacional, observam-se mudanças importantes na articulação sinérgica, fundadora do capitalismo como sistema histórico, entre a lógica territorialista de acumulação e a lógica capitalista do poder. Os estados nacionais tornam-se crescentemente dependentes do acesso ao capital financeiro global para existirem como poder, em razão da crescente corrosão das bases fiscais do seu financiamento, fato expresso no crescimento do endividamento público. Ao mesmo tempo, o montante da dívida pública bem como os padrões da sua gestão tornaram-se momentos ativos do avanço da dominância financeira no funcionamento do capitalismo global. O outro lado da mudança da relação entre capital e o Estado Nacional expressa-se em uma política cambial crescentemente submetida à necessidade de gerar superávits comerciais e financeiros para atender aos imperativos das relações com o mercado financeiro global. Essas duas forças vêm transformando alguns Estados Nacionais em verdadeiras plataformas de valorização e reciclagem do capital financeiro global, como é o caso do Brasil. Seja por um lado, seja por outro, aquela relação sinérgica entre lógica territorialista de acumulação e lógica capitalista de poder vem desaparecendo, e o capitalismo aproxima-se do padrão clássico do capitalismo monopolista de Estado, desaparecendo (ou ao menos enfraquecendo) as clássicas separações entre Estado e mercado. São desencadeadas forças e pressões para tornar o Estado um estado funcionando sob lógica semelhante à do capital, fato que vem sendo descrito através do conceito de Estado Empresarial. Como consequência, o Estado Nacional perde a sua capacidade de governar a sua população e o seu território no padrão anterior, no qual funcionava a dialética entre a função da acumulação e a função da legitimidade. Por outras palavras, a ação do Estado diante do mercado deixa de ser o resultado prático dos embates políticos entre forças e interesses que se organizam em torno dessa polaridade, mas as concepções, os modelos e o instrumento da gestão do Estado são redesenhados para internalizarem a lógica do capital expressando-se em novos padrões de governança, planejamento, regulação, financiamento, etc. Não se trata mais do Estado que funciona para o mercado, mas do Estado gerido diretamente pelo mercado. O pleito brandido em todos os recantos do mundo “Banco Central autônomo” talvez

seja a sua maior expressão. Mas a transformação da relação capital e Estado Nacional também se torna evidente nas mudanças regulatórias e organizacionais da gestão do território, nas quais se observam dinâmicas de reescalonamento das funções dos vários níveis e instâncias do antigo arcabouço homogeneizador do Estado Fordista. Os princípios da solidariedade territorial que fundavam modelos de gestão redistributivos e universalizadores de bem-estar são substituídos pelos princípios da competição e da fragmentação, a partir do suposto que a criação de situações de mercado, ao alavancar as capacidades criativas de cada localidade, permite maior nível de bem-estar para todos.

Esse tema nos leva ao das mudanças entre capital e metrópole. Dois aspectos merecem destaques. O primeiro decorre do caráter essencialmente global do capitalismo rentista fundado na dominância financeira. As metrópoles que ocupam posições relevantes na dinâmica global da acumulação são marcadas por dinâmicas econômicas e sociais dissociadas dos seus *hinterlands* nacionais, sobretudo, aquelas que integram a periferia e a semiperiferia. Isso ocorre, essencialmente, em razão de as metrópoles deixarem de exercer a função de concentração das forças produtivas, que foi fundamental na sustentação do capitalismo, em sua fase industrial. Por essa função, a relação entre capital e metrópole era de alguma forma de solidariedade, no sentido em que as condições urbanas integravam dimensões relevantes da economia de aglomeração, necessárias à manutenção sem entraves do movimento do capital nelas enraizados. No padrão industrial do capitalismo, planejar e regular o território metropolitano também poderiam interessar às forças do capital, por constituir o marco da sua valorização. O meio ambiente urbano deveria ser desenvolvido de maneira a se constituir como momento ativo da reprodução do capital industrial e da força de trabalho. No atual padrão do capitalismo, a metrópole deixa de exercer essa função ante a lógica da acumulação rentista e passa a ser objeto de múltiplas vias de valorização do capital fictício. O meio ambiente construído, sua produção, renovação, expansão, passa à condição de momento ativo de uma lógica especulativa, operada por atores do capital fictício. Assim, demanda padrões de planejamento, arcabouços regulatórios e padrões de gestão urbana que não apenas criem as condições de valorização dessa forma de capital, como também, e sobretudo, mantenham a possibilidade de realização de sua essência: a combinação entre rentabilidade e liquidez. Nesse sentido, torna-se necessário entrar no reino da mercadoria e criar um novo urbanismo neoliberal em suas concepções e mercantilizador em sua operação.

O segundo aspecto a mencionar é que esse urbanismo neoliberal e mercantilizador também passa a ser incentivado pelo Estado, em função da sua necessidade de usar a dinamização dos territórios metropolitanos como estratégia de atração do capital fictício global. Esse capital financia as relações comerciais e financeiras internacionais e sua própria ação, em um quadro de crise fiscal e explosão da dívida pública. São expressões: a criação de marcos regulatórios pró-mercado, de instrumentos de financiamento que incorporem a moradia e os serviços coletivos, via o mercado de capitais, de modelos de operações urbanas baseadas nas chamadas parcerias público-privadas, que delegam, ao capital, a função de desenho, a execução de obras e mesmo a prestação de serviços e de regimes especiais de concessão, associados ao uso dos fundos públicos, como estratégias para

atrair capitais globais. Em resumo, no novo padrão do capitalismo rentista, a produção do espaço urbano na metrópole também muda, em função do seu papel ativo na nova relação que estabelece entre capital e o Estado Nacional.

Nesse processo, a dinâmica macrossocial de mudança e os fenômenos imbricados nas já mencionadas grandes transformações contemporâneas aglutinaram os estudos urbanos/metropolitanos em torno de dois grandes eixos: o primeiro deles aborda a metrópole como resultado de processos macrossociais, ligados à globalização e dela decorrentes; o segundo refere-se aos fenômenos que ocorrem dentro das aglomerações metropolitanas, na intersecção entre o global e o local, e busca compreender suas lógicas, numa perspectiva intraurbana.

O conjunto de textos publicados neste volume dos *Cadernos Metrópole* remete a essas lógicas, abordando fenômenos em curso no interior das cidades contemporâneas, cuja expressão espacial repercute nas muitas dimensões da vida social. Emerge daí a ação do Estado e dos movimentos sociais urbanos demandando formas inovadoras de governança urbana/metropolitana e assinalando a presença de novos atores sociais. A diversidade dos temas tratados, as possibilidades apresentadas pelos enfoques teórico-metodológicos e a riqueza dos estudos de caso expressam a complexidade da questão urbana e permitem uma leitura abrangente de fenômenos em curso nas cidades da América Latina e do Brasil, numa perspectiva multidisciplinar.

O antropólogo Luiz Antonio Machado da Silva propõe-nos em seu artigo, *A perda do protagonismo histórico do trabalho e as favelas*, uma sintética e densa reflexão sobre os impactos na ordem urbana das cidades brasileiras resultantes das transformações em curso no mundo do trabalho. Para o autor, se, na história urbana brasileira, configurou-se fragilmente a conexão entre classe e os espaços populares das favelas e periferias, o aumento da fragmentação do trabalho em curso desencadeia a difusão de uma cultura hiperindividualista, perdendo, os moradores, a capacidade coletiva de luta pela sua representação na esfera pública. Em consequência, os padrões de regulação e de controle entre o Estado e os “favelados” tendem a deslizarem da política em direção à polícia, sob o crescente estigma desses espaços. Como contratendência, Machado observa a elevação do nível de escolaridade dos moradores, em especial pela expansão de jovens inseridos no mundo universitário, o que vem permitindo a disseminação da autovalorização dos seus moradores e o surgimento de novos coletivos fundados em identidades positivas, conformando a tendência do que ele designa como movimento de “culturalização” da questão das favelas e das periferias. O autor deixa, porém, em aberto a indagação sobre se essa via poderá substituir o perdido protagonismo histórico do trabalho na construção dessa questão, de modo a se contrapor às tendências de aprofundamento da segregação dos “favelados” do direito de cidade. Isso nos parece muito relevante se considerarmos a tendência estrutural do capitalismo atual em fragmentar o mundo do trabalho como consequência das novas e variadas formas de exploração possíveis em função do aumento do poder do capital expresso pelos processos de reestruturação produtiva, da globalização e da financeirização.

Parece que a tendência em curso nas metrópoles brasileiras seria a polarização da sua estrutura socioespacial. Com efeito, paralelamente ao aumento da segregação compulsória

das camadas populares, podemos observar o aprofundamento do movimento de concentração territorial das camadas superiores em espaços bem-delimitados, nos quais também se concentram os recursos urbanos escassos, conformando o que Jupira Gomes de Mendonça, Luciana Teixeira de Andrade e Alexandre Magno Alves Diniz, em *Hipersegregação das elites metropolitanas brasileiras na década de 2000: interpretações a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, denominaram hipersegregação. Mobilizando os dados dos censos e utilizando a metodologia de análise social do espaço, desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, os autores propõem, no artigo que assinam, uma inédita, criativa e relevante descrição comparativa dos padrões de segregação vigentes em 15 metrópoles brasileiras e sua evolução no período de 2000-2010, além de proporem uma análise explicativa sobre os mecanismos subjacentes tomando Belo Horizonte como estudo de caso.

O tema da segregação está de certa forma implícito na análise também comparativa que fazem Patrick Zechin e Frederico Rosa Borges de Holanda, no artigo *Atributos espaciais da desigualdade nas grandes cidades brasileiras: uma relação entre segregação e morfologia*, sobre a relação entre morfologia urbana e desigualdades sociais nas cidades de Goiânia, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte e Curitiba. Os autores utilizam um conjunto de técnicas de análise espacial no estudo dos padrões locais de famílias de baixa renda e de alta renda e de suas conexões com as desigualdades experimentadas por esses segmentos em termos de integração e capacidade de circulação no território urbano. Constatam, não obstante as diferenças de formação histórica de cada cidade, a existência de padrões morfológicos que caracterizam os diferentes espaços de concentração dos segmentos de população pobre e rico. As famílias de menor rendimento *per capita* fixando-se em locais que combinam grande fragmentação, baixíssima integração com o restante do sistema e eixos globais de movimento mais desprovidos de conexões com outros eixos semelhantes do que nas demais regiões periféricas. Além disso, os espaços ocupados pelos segmentos ricos são caracterizados por maior integração e acessibilidade local e global, propiciando-lhes melhores condições de reprodução social de seu modo de vida, assegurando acesso às vantagens da economia de escala e, conseqüentemente, maior poder de apropriação da riqueza socialmente produzida em todo o sistema urbano.

O artigo *Fatores determinantes da produção habitacional de interesse social em áreas centrais metropolitanas em tempos de financeirização*, assinado por Ulisses Demarchi Silva Terra e Ricardo de Sousa Moretti, contém relevantes reflexões sobre os mecanismos de reprodução do padrão de segregação das metrópoles brasileiras. Examinando os fatores que bloqueiam a efetivação das políticas públicas que objetivam promover o acesso das camadas excluídas do mercado ao parque residencial subaproveitado das áreas centrais, os autores buscam analisar os efeitos combinados dos mecanismos que crescentemente ligam a propriedade imobiliária à lógica da financeirização com aqueles que decorrem das dificuldades econômicas, legais, institucionais e políticas que bloqueiam a apropriação da terra como bem público, seja pela aquisição ou pela desapropriação pelo Estado. Ao final do artigo, é apresentada uma série de apontamentos no intuito de contribuir

para o amadurecimento do debate sobre o desenvolvimento de políticas habitacionais para as áreas centrais das metrópoles brasileiras.

Tais políticas poderiam se constituir como uma contratendência à transformação da propriedade imobiliária em ativo financeiro e, assim, se contrapor aos mecanismos de reprodução do padrão de segregação e desigualdades das metrópoles brasileiras? Não seria necessário associar essas políticas a um novo conceito de planejamento que se fundasse em princípios subversivos da ordem capitalista da cidade? Quais seriam as características desse modelo de planejamento? Seria ele possível em tempos em que o Estado é capturado pelas concepções neoliberalizadoras das forças de mercado?

Inserido nesse conjunto de indagações, o artigo de Lucio Hanai Valeriano Viana, *A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal*, examina os aspectos ideológicos que permeiam as políticas públicas e sua relação com os espaços urbanos, a partir do estudo dos megaeventos, recentemente realizados em importantes centros urbanos no Brasil e em outras partes do mundo.

O autor parte da premissa de que os megaeventos, por sua magnitude, possuem potencial para atuar como agentes difusores de modelos urbanísticos, reforçando, também, os processos de financeirização do espaço urbano. O texto ressalta que a análise das relações de poder e dos interesses que interferem na produção do espaço demonstra que os projetos de realização de megaeventos são marcadamente voltados aos interesses do mercado imobiliário e se apoiam em estratégias mercadológicas amplamente representadas pelo ideário neoliberal.

O artigo de Rainer Randolph, *Superando abordagens colaborativa e agonística do planejamento: caminhos para sua radicalização por meio de ações subversivas*, propõe uma reflexão teórica interessante que pode colaborar na busca de respostas a essas perguntas. O autor se propõe a percorrer um caminho teórico que busque a radicalização das abordagens do planejamento que se pretendem emancipadoras – por ele denominadas colaborativa e agnóstica – na direção de um modelo de planejamento subversivo, calcado em uma perspectiva mais radical de ações sociais e, especialmente, de suas formas subversivas (de antivalor no sentido marxiano de “Gegenwert”).

O artigo *Caminhos e descaminhos da macrometrópole paulista: dinâmica econômica, condicionantes externos e perspectivas*, elaborado por Alexandre Abdal, Caio César Ferreira de Macedo, Gabriel Almeida Antunes Rossini e Ricardo Carlos Gaspar, propõe uma reflexão sobre as conexões entre tendências macroeconômicas interescares de médio e curto prazo e a trajetória da formação do aglomerado urbano-regional que vem sendo designado como a Macrometrópole Paulista (MMP). Apesar dos descaminhos decorrentes dos impactos contraditórios das dinâmicas global-nacional-local, os autores identificam sinais de consolidação da MMP como uma estrutura produtiva intensiva, na qual as atividades industriais de mais alta tecnologia tenderam à concentração, nos anéis metro e macrometropolitanos, dos SICs, que tenderam a acentuar a sua concentração na capital paulista (enquanto a indústria de mais baixa intensidade tecnológica diminuiu a sua representação na MMP). Em seguida, eles propõem uma reflexão sobre as possíveis trajetórias da MMP a partir de cenários econômicos futuros de estagnação econômica

ou de retomada do modelo de crescimento baseado em *commodities* e consumo das famílias ou de recuperação do crescimento com retomada sustentada do dinamismo industrial a partir de políticas industriais ativas e eficazes.

O artigo de Sérgio Adorno e Marcelo Batista Nery, *Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras*, trata da distribuição dos crimes nos territórios urbanos, problematizando a hipótese corrente no debate de que os homicídios estariam centralizados nos bairros com grande concentração de população de baixa renda e com infraestrutura urbana precária. A proposta é indicar um caminho metodológico que seja capaz de explicar melhor como se dá a distribuição dos homicídios em um tecido urbano complexo e altamente desigual e diversificado como o da cidade de São Paulo, que congrega locais muito violentos e diversamente pacíficos cuja distribuição espacial não se encaixa, segundo os autores, no modelo centro-periferia. Essa proposta é realizada ao longo de quatro partes: considerações teóricas e metodológicas para o estudo da violência em contexto urbano; análise das tendências apontadas pelos dados sobre violência; reflexões sobre uma forma específica de violência, o homicídio, em escala intraurbana; e, por fim, conclusões sobre a violência na capital paulista.

Adorno e Nery enumeram elementos que devem ser levados em consideração nas pesquisas sobre crime nas grandes cidades, como a produção e o acesso a dados de qualidade (os autores utilizam fontes de dados da companhia de metrô, da Emplasa e da Fundação Seade), análises micro/macro, entendimento da multicausalidade, identificação de espaços intraurbanos, caracterização de padrões espaço-temporais, influência do crime organizado e das políticas públicas; e apresentam a metodologia de “áreas-chave”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo. Com ela, seria possível compatibilizar informações espaciais e temporais para criar uma estratificação do território municipal em diferentes padrões urbanos e demográficos. Um dos estudos realizados com esse método identificou padrões de impressão de cidadãos sobre a Polícia Militar: moradores de bairros com infraestrutura precária urbana associavam polícia à crime e violência desmedida e equipararam o medo da PM ao medo do traficante.

O artigo de Luciano dos Santos Diniz e Maura Pardini Bicudo Vêras, *Reestruturação metropolitana e dinâmicas imobiliárias: transformações recentes na Região Administrativa Venda Nova de Belo Horizonte-MG*, traz importantes reflexões sobre a elitização do espaço por meio de novas dinâmicas imobiliárias. O artigo busca identificar os elementos que contribuem para a alteração espacial e das dinâmicas imobiliárias, após um processo de reestruturação que foi desencadeado pelo poder público a partir de 2005. As ações fizeram parte de uma série de intervenções na estruturação do espaço da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no contexto de elaboração de seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Os autores debatem de que modo as ações do poder público influenciaram na diversificação da base industrial e na criação de polos de alta tecnologia, abrindo novas frentes de investimento e acumulação. O texto aponta os fatores desenvolvidos pelo Estado para atrair os setores de interesse, como infraestrutura urbana, instituições de pesquisa, ampla concessão de incentivos fiscais e financeiros, qualidade de vida

urbana e atividades de lazer, cultura e consumo. Em paralelo, mostra como as administrações municipais criam estratégias para reordenação da ocupação e uso do solo que denotam uma competição intercidades pela população de maior renda.

O resultado desse processo é a periferização da riqueza, com a conseqüente alteração das características sociodemográficas da região analisada, como redução da taxa de analfabetismo, aumento da população com ensino superior e aumento da renda domiciliar *per capita*.

No artigo *Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital*, os autores João Seixas, Simone Tulumello e Giovanni Allegretti partem do caso de Lisboa e suas profundas transformações, desde o início dos anos 2010, para discutir e problematizar a disputa entre o desenvolvimento local e os modelos da nova economia global. Segundo os autores, após buscar saídas para uma forte crise econômica, que foi acompanhada de severas políticas de austeridade impostas pelo Estado nacional e pelas próprias instituições europeias, Lisboa encontra-se numa nova fase de dinamismo econômico. E é, a partir desse movimento de quase uma década, que os autores apontam contradições, fragilidades e desequilíbrios da capital portuguesa: a maioria das reformas do período de austeridade não foi revertida, e a desigualdade social é alta e crescente; o estado de bem-estar social está cada vez mais subfinanciado e, portanto, fraco; a economia de Portugal mantém-se dependente de fluxos financeiros estrangeiros; Lisboa e sua periferia estão sofrendo um processo de gentrificação causado pelo aumento de políticas para o mercado imobiliário e, simultaneamente, cortes nos investimentos públicos de habitação.

Tais contradições, conforme os autores, impulsionaram uma nova geração de movimentos sociais urbanos, em sua maioria com foco na defesa do direito à habitação e do direito à cidade. Essas iniciativas têm ampliado a capacidade de diálogo com autoridades políticas e a participação em eventos públicos de caráter reivindicativo.

Na sequência deste número 44 dos *Cadernos Metrópole*, é analisada a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O artigo *Expansão e desaceleração do mercado privado formal de moradia a partir dos anos 2000 na Região Metropolitana de São Paulo*, de Beatriz Miotto, Carolina Maria Pozzi de Castro e Letícia Moreira Sígolo, analisa os aspectos setoriais vinculados à oferta de imóveis e caracteriza a dinâmica do mercado em diferentes municípios da Região Metropolitana de São Paulo focalizando as características da oferta e as estratégias das empresas.

A análise refere-se a três períodos, entre 2007 e 2015, definidos segundo as principais características da oferta habitacional, dos preços e dos perfis e estratégias dos agentes do mercado imobiliário. Entre os fatores analisados, destacam-se a abertura de capitais e a internacionalização, que colocaram novos agentes na dinâmica imobiliária, como os gestores de fundos e as corretoras de investimentos, que avaliam o desempenho das empresas. Como outros setores, essa avaliação se dá em função dos resultados de rentabilidade, ou seja, a valorização dos ativos sobre as expectativas de maior valorização futura. Esse cenário ampliou as formas de apropriação externa das rendas, não só da construção em si, mas também da renda da terra.

Uma das conclusões do artigo é que a ausência de uma autoridade metropolitana na RMSP dificultou uma distribuição regional adequada e a articulação da oferta de moradias com os déficits oficiais. O resultado é que os tipos, preços e localização dos empreendimentos foram decididos inteiramente pelas empresas privadas, condicionadas pelo crédito. Os aspectos regulatórios, por sua vez, foram definidos pelos agentes financeiros, bem como por incentivos e benefícios obtidos no enlace entre o setor público e o complexo financeiro. Outro ponto importante destacado pelos pesquisadores é que a oferta habitacional, ao longo do ciclo de expansão, não atendeu aos segmentos de mais baixa renda. O motivo seria a aposta, quase exclusiva, no acesso à casa própria promovida por agentes privados apoiados em uma política de crédito e subsídio que inviabilizou a diversidade de soluções necessárias para o enfrentamento de necessidades habitacionais distintas.

O debate sobre reestruturação produtiva e urbana nas regiões metropolitanas brasileiras é retomado no artigo *Arranjos domésticos e estrutura urbana na Região Metropolitana de São Paulo (2010)*, de Pier Francesco De Maria e Luiz Antonio Chaves de Farias, que trata do surgimento de novas relações familiares domiciliares na região que concentra 10% da população brasileira. O artigo parte de reflexão acerca da diversificação dos arranjos familiares, associando-os aos processos de reestruturação produtiva. A partir de microdados do Censo de 2010 e do Índice de Vulnerabilidade Social, do Ipea, observa padrões de renda e de tempo de deslocamento entre casa e trabalho que produzem arranjos familiares distintos, nas diferentes zonas da região metropolitana. A hipótese dos autores é de que os efeitos sociais das transformações vividas pela família nos últimos anos se estendem para além do domínio das tendências demográficas, que impactam e são impactadas pelas mudanças nos padrões de reassentamento. A complexificação das estruturas familiares pode ser conectada a outros processos sociais, incluindo o surgimento de novas redes de parentesco e amizade, sem contar as mudanças de significado da vida cotidiana.

Um destaque do trabalho é a problematização metodológica e teórica das questões propostas, cujo debate se baseia na dinâmica das metrópoles dos países desenvolvidos e cujas conclusões se confirmaram para a metrópole paulista.

Referindo-se, também, aos processos de reestruturação urbana, o artigo de Emanuel Ramos Cavalcanti e Angélica Tanus Benatti Alvim, intitulado *Há vagas! O negócio dos vazios urbanos industriais em Fortaleza-CE*, aborda o processo de desconcentração industrial na capital cearense e os novos usos de espaços anteriormente destinados à produção industrial: os “vazios urbanos industriais”. Segundo os autores, esses vazios são uma característica das cidades contemporâneas, vinculando-se à dinâmica do setor imobiliário, ao planejamento urbano e às estratégias das parcerias público-privadas. O artigo analisa esse conjunto de relações, avaliando, ainda, o papel da legislação no contexto das transformações urbanas.

Como parte de pesquisa mais ampla, o artigo faz uma leitura da comercialização e da valorização fundiária, à luz dos processos de metropolização. Estes, ao incorporarem outras cidades a uma mesma dinâmica de produção do espaço, redefinem as estruturas e hierarquias urbanas e condicionam o surgimento de espaços vazios. Trata-se de uma importante contribuição dos autores à análise da reconversão desses espaços a novos usos e da gentrificação, favorecida por se tratar

de espaços integrados, muitas vezes de forma privilegiada aos equipamentos urbanos e à rede viária e de transporte.

Encerra este número, o artigo *A construção social de um sistema de mobilidade inteligente: mapeando controvérsias no caso do SwissPass*, de Marcela de Moraes Batista Simão e Rodrigo José Firmino, que debate as relações de vigilância e de poder na construção sociotécnica da cidade inteligente contemporânea, a partir do sistema nacional de mobilidade suíço. Lançado em 2015, esse sistema integra sete modais, a saber: ônibus, trem, metrô, barco, bicicleta, carro compartilhado e esqui. Como ponto de partida, os autores discutem as raízes teóricas da cidade inteligente, explicitando, na sequência, as categorias de análise e a metodologia utilizada no estudo do SwissPass.

O projeto e a implementação desse sistema, ainda em curso, envolvem, segundo os autores, disputas de interesses diversos, de natureza local, regional e nacional, relacionadas principalmente às questões de proteção e sigilo de dados, riscos, benefícios e legalidade desse tipo de sistema, que constitui um dispositivo de coleta, organização e integração de dados pessoais cadastrais, georreferenciados dos usuários, disponíveis tanto para o governo federal como para a empresa estatal que controla o transporte. O objetivo do artigo é mapear as controvérsias existentes para compreender as relações de poder ativadas pelos diferentes grupos sociais envolvidos na promoção e na resistência do SwissPass naquele país. Uma das questões centrais é que, apesar de a tecnologia atingir 2,2 milhões de cidadãos suíços e de a Suíça ser um país mundialmente conhecido por suas consultas populares, nem os cidadãos, nem especialistas em mobilidade, em trânsito, sociólogos ou engenheiros foram consultados pelo governo antes da implantação, já que a mobilidade está entre os temas sobre os quais o cidadão não opina. Tal polêmica coloca em posição de destaque os direitos do cidadão e os limites da intervenção pública.

As questões debatidas, no conjunto de textos que compõem este volume do número comemorativo dos 20 anos da revista, evidenciam a amplitude e a complexidade dos temas abordados. Esses textos, tal como vem ocorrendo ao longo da trajetória dos *Cadernos MetrÓpole*, apresentam novas perspectivas de análise para questões recorrentes nas cidades e áreas metropolitanas; enriquecem, nesse sentido, o debate e ampliam as possibilidades de subsidiar as políticas urbanas e de ampliar a participação social no debate contemporâneo sobre a metrÓpole.

Lucia Bógus
Luiz César de Queiroz Ribeiro
Editores